

Verbetes Conceituais

Classe social

José Alcides Figueiredo Santos¹ 

¹Professor Titular Aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil.

E-mail: josealcidesf@yahoo.com.br

DOI: 10.17666/ebcs.2026.009

PREÂMBULO

Classe social designa uma categoria situada dentro de um sistema de relações sociais que estrutura o acesso diferenciado aos recursos produtivos, ao poder social e às correspondentes vantagens materiais e simbólicas. O conceito emerge de interpretações críticas do surgimento do capitalismo industrial, que conferiu ao problema da desigualdade, da ordem e da mudança social uma urgência e uma visibilidade inéditas. A noção de classe se desenvolveu notadamente com a destinação original e principal de caracterizar e explicar os sistemas de desigualdade socioeconômica e suas conexões com os ordenamentos ou hierarquias sociais. A elaboração do conceito representa um legado importante da sociologia clássica, particularmente das obras de Karl Marx e Max Weber, que deram origem a duas distintas correntes influentes de análises de classe das sociedades contemporâneas. Classe social representa um instrumento conceitual para capturar a dimensão estruturada e relacional da desigualdade e do poder social em sua forma mais concentrada. A noção articula as circunstâncias individuais aos arranjos organizacionais, institucionais e sistêmicos, permitindo explicar por que determinadas classes consistentemente experimentam vantagens ou desvantagens em múltiplas dimensões da vida social, que se inter-relacionam em muitas circunstâncias. Em sequência, o verbete contempla tópicos de: origens intelectuais; principais correntes; usos e debates contemporâneos; configuração no Brasil; e avaliação e desafios.

SUMÁRIO

1. Origens intelectuais
2. Principais correntes teóricas
3. Usos e debates contemporâneos
4. Configuração no Brasil
5. Avaliação e desafios
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 28/07/2026

Editor(a) responsável: Mariana Chaguri



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 009 - 2026

1. Origens intelectuais

A ideia de classe social se tornou um conceito chave no entendimento da formação e da dinâmica da sociedade moderna. As sociedades europeias pré-capitalistas organizavam e interpretavam a desigualdade social por categorias fixas de *status* legal, justificadas por uma autoridade tradicional ou religiosa. Na nova formação social gerada com o desenvolvimento capitalista, as posições na ordem social passaram a depender da relação diferenciada com um processo econômico de operação e dinamismo incomparável. Essa nova realidade adquiriu uma urgência e uma visibilidade inéditas tendo em vista que a igualdade perante a lei dos indivíduos coexistia com disparidades materiais acentuadas. O conceito de classe social emergiu em resposta à mudança histórica que as antigas categorias de hierarquia social eram incapazes de inquirir e prognosticar. Nenhuma construção conceitual existente estava apta a representar e dar sentido a essa nova realidade social.

Baseando-se na historiografia política francesa e na economia política escocesa e inglesa, Karl Marx conferiu ao conceito uma elaboração, generalidade e aplicação que nenhum predecessor havia realizado. A formulação marxista forneceu a arquitetura de um conceito relacional, estrutural e dinâmico, orientado para explicar a desigualdade, o conflito social e a mudança histórica. Embora Marx não tenha legado uma definição precisa, na sua visão as classes emergem das relações sociais de produção notadamente dos padrões de propriedade e controle desiguais sobre os recursos produtivos. Noções de modo de produção, capital, trabalho, exploração, burguesia, proletariado, luta de classes, práxis e ideologia são importantes para situar a análise de classes marxista (Marx e Engels, 1982).

A influência social e política do marxismo se projetaram em grande parte do século XX, mas a sociologia acadêmica emergiu na Europa e na América do Norte, divorciada ou em contraponto à corrente marxista. O conceito de classe que Marx elaborou foi posteriormente herdado, contestado e reformulado de maneira mais influente por Max Weber, em formas que definiram o debate sociológico (Atkinson, 2024). Uma exegese mais apurada revela que Marx e Weber tiveram certas convergências na visão relacional em vez de gradacional de classe, na centralidade das relações de propriedade, no tratamento de classe como lugares objetivamente definidos, na relação de classe com os interesses materiais, nas condições teóricas necessárias à ação coletiva e mesmo nas contradições entre os grupos de status e a racionalidade capitalista.

Por outro lado, o problema de classe tem um papel relativamente periférico no conjunto da obra de Weber, cuja principal preocupação foi a análise do capitalismo como uma ordem social. No tratamento de Weber de mecanismos causais, as classes determinam as chances de vida por meio de processos de mercado entendidos como formas racionalizadas de interações econômicas. Sem desconhecer as implicações das trocas mercantis para as chances de vida, Marx vinculou o conceito de classe à contratação e aplicação da capacidade de trabalho na esfera da produção capitalista que gera um processo de exploração e conflito em torno do desempenho e apropriação do esforço de trabalho (Wright, 2002). Weber definiu a noção geral de classe como um grupo de pessoas que compartilha um componente causal específico de chances de vida, baseado em interesses na posse de bens e oportunidades de renda sob as

condições de produção mercantil e funcionamento de mercados de trabalho. Ao introduzir o conceito mais específico de classe social, Weber utilizou de forma original o critério de mobilidade pessoal e entre gerações para conectar a pluralidade de situações de classe em relação ao mercado à identificação demográfica de um número mais restrito de classes sociais. Além disso, ao tratar conjuntamente de classe, *status* e partido, formulou as três principais dimensões analiticamente distintas através das quais o poder é distribuído na sociedade (Weber, 1992). Essas formulações foram recebidas ou interpretadas como uma mudança multidimensional na análise sociológica para valorizar a complexidade da estratificação em hierarquias sociais concretas.

2. Principais correntes teóricas

Serão tratadas aqui as abordagens neomarxista, neoweberiana e de Pierre Bourdieu com foco nas questões teórico-conceituais. Como critérios de seleção no âmbito da literatura foram valorizados os elos com a tradição sociológica clássica, a elaboração teórica realizada, a presença no debate contemporâneo, os resultados empíricos demonstrados e a recepção aplicada na sociologia no Brasil.

Na perspectiva de Erik Olin Wright, as divisões de classe são constituídas por assimetrias de direitos e poderes sobre ativos produtivos e recursos geradores de valor que geram vantagens e desvantagens entre categorias. Os ativos que a pessoa tem condicionam o bem-estar material que ela pode obter e o que deve fazer para conseguir o que obtém. Em uma teorização mais elaborada dos nexos entre classe, ativos e exploração, reafirma-se a noção básica de que uma categoria social se beneficia economicamente à custa da apropriação dos frutos do trabalho de outro grupo. Estabelece-se, então, uma relação de dependência do explorador em relação à atividade do explorado. Nesse sentido, a apropriação do esforço de trabalho, para ser concretizada, requer que a atividade de trabalho seja dirigida e controlada. Dominação sem apropriação e apropriação sem dominação são estruturas não reprodutivas das relações sociais de produção. As relações de classe representam, por isso, uma configuração social emergente da “unidade” de relações de apropriação e dominação (Wright, 1997, 2015).

As relações com os recursos econômicos se projetam de forma articulada nos âmbitos da produção e do mercado na sociedade capitalista. De um lado, definem a localização da categoria dentro das relações de produção e, então, os processos de exploração e dominação associados ao controle diferenciado sobre a atividade de trabalho. De outro, afetam a capacidade de mercado nas relações de troca e, por isso, as assimetrias de chances de vida vinculadas ao controle diferenciado sobre a renda. A organização econômica estabelece divisões de classe marcantes entre proprietários e não proprietários. No interior da categoria de proprietários ocorre diferenciação entre quem contrata ou não o trabalho assalariado. No âmbito dos empregados se formam demarcações baseadas em exercer ou não autoridade e possuir ou não qualificações escassas. Na sociedade contemporânea desenvolvem-se complexidades nas situações de classe associadas ao modo concreto, diferenciado ou variável

como direitos e poderes sobre recursos e atividades econômicas são organizados (Wright, 1997, 2015).

Um esquema de classe Erik Olin Wright é elaborado considerando a propriedade de ativos de capital, o controle de ativos de qualificação e a relação com o exercício de autoridade dentro da produção. O controle de ativos de capital comporta diferenciações em termos de escala e modalidade de divisão do trabalho. Os empregados especialistas ocupam uma localização privilegiada de apropriação devido à sua posição estratégica na organização da produção, como controladores de conhecimento, e à sua posição na organização dos mercados de trabalho, como detentores de uma forma escassa de força de trabalho. O exercício de autoridade, por delegação da organização empregadora, particularmente pelos gerentes, emerge como uma posição de classe na confluência das relações de dominação e exploração. Entre a classe média gerencial-profissional e a classe trabalhadora pura constituem-se as situações ambíguas de classe dos trabalhadores que possuem qualificações, mas não são especialistas, ou que exercem supervisão, mas não são gerentes. A classe trabalhadora restrita ou pura, por sua vez, corresponde aos assalariados, submetidos aos processos de exploração e dominação, que não dispõem de qualificações escassas e de posições de autoridade no trabalho (Wright, 1997).

Tanto Wright quanto Goldthorpe concebem a classe como uma posição estrutural objetivamente identificável. Na abordagem construtivista-estruturalista de Bourdieu, as classes prováveis envolvem mobilização prática e luta simbólica para se tornarem grupos sociais reais. As três abordagens podem ser aproximadas ao valorizarem as dimensões relacionais e estruturadas que dão à classe social um genuíno poder explicativo. Wright argumentou que a singularidade explicativa da classe está na ligação entre as relações sociais de produção, de um lado, e a exploração e dominação, de outro. O mecanismo causal primordial de exploração/dominação na esfera da produção identifica a diferença crucial de Wright com o modelo de Goldthorpe. O conceito de exploração, central na sua estrutura teórica, mostra-se difícil de operacionalizar, indicando uma lacuna entre o constructo teórico e o indicador empírico, um problema que afeta também Bourdieu. A ontologia do realismo crítico, no entanto, fornece embasamento para justificar afirmações sobre estruturas e mecanismos que não são redutíveis às suas manifestações empíricas diretamente observáveis.

Na abordagem de John Goldthorpe, a estrutura de classes é entendida como um arranjo de posições caracterizadas pelas relações de emprego nos mercados de trabalho e nas unidades de produção. No esquema de classe são feitas, em um primeiro plano, distinções básicas entre as condições de empregador, autoempregado e empregado. Os empregados são diferenciados de acordo com as relações de emprego, os empregadores são separados segundo o tamanho do estabelecimento e os conta próprias de acordo com a sua ocupação. Entre os empregados, são introduzidas distinções de classe, pois as relações de emprego vêm se organizando em termos de princípios heterogêneos. Na atualidade, o esquema de classe diferencia as posições de classe dos empregados conforme a forma de regulação da relação de emprego ou, dito de outro modo, a natureza dos contratos de trabalho. Os tipos de contratos de trabalho que os empregados têm dependem: (1) do quão fácil o seu trabalho pode ser monitorado e controlado pelo empregador; e (2) da “especificidade de ativos”, ou seja, quão específicos e cruciais o seu conhecimento de questões técnicas e organizacionais são para

o empregador. A natureza da relação de emprego envolve o modo típico de troca de trabalho por recompensas. Estabelece-se uma diferenciação-chave entre os empregos regulados por uma relação de serviço (abrangente e durável) e aqueles baseados em contrato de trabalho (específica e mutável). Em diferentes posições de classe, as pessoas parecem viver em diferentes mundos econômicos, não somente em termos de bem-estar material, mas no que diz respeito a um amplo conjunto de riscos e oportunidades econômicas que elas encontram.

A relação de contrato de trabalho se caracteriza por promover uma troca específica e de relativo curto prazo de dinheiro por trabalho. Nesse tipo de relação, os empregados ofertam certa quantidade de trabalho sob a supervisão da organização empregadora em troca de salários calculados por unidade ou tempo. Na relação de serviço se estabelecem termos de troca relativamente duráveis e geralmente mais difusos. Os empregados ofertam seu serviço à organização empregadora em troca de “compensações” que tomam a forma não apenas de salário ou gratificações variadas. A relação incorpora importantes elementos prospectivos, como incrementos salariais em uma escala estabelecida e garantias de segurança e oportunidades de carreira bem definidas. Esses empregados compartilham situações de trabalho que se caracterizam por um grau substantivo de autonomia e liberdade associadas às próprias exigências organizacionais postas para a organização empregadora: a necessidade de delegar autoridade (caso das funções gerenciais) e a necessidade de se valer de conhecimento especializado e perícia (caso das funções profissionais). Essas posições desfrutam de continuidade de empregabilidade quando não ocorre continuidade de emprego.

Na visão de John Goldthorpe, as relações contratuais mais privilegiadas dos empregos de classe média refletem os problemas de monitoramento do trabalho e de especificidade de ativos humanos enfrentados pelas organizações empregadoras. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados direta ou facilmente devido às assimetrias de informação entre o agente e o empregador. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego em que a quebra do contrato implica risco de perda de valor para ambas as partes.

O esquema de classes de Goldthorpe concebe a existência, entre os empregados, de posições de classe “intermediárias” no sentido de a relação de emprego combinar de forma mista regras da relação de serviço e de contrato de trabalho. De um lado, estariam as posições não manuais de rotina, envolvendo usualmente tarefas de escritório, vendas e serviços pessoais que existem nas franjas das burocracias profissionais, administrativas e gerenciais. De outro, se encontram as posições técnicas de menor grau e as posições de primeira linha de supervisão, cujos titulares trabalham próximos dos simples empregados, ainda que em certos aspectos deles se diferenciem (Erikson e Goldthorpe, 1992; Goldthorpe, 2007; Ribeiro, 2007; Wright, 2015).

A noção de classe social centrada em relações de emprego foi articulada às teorias de agência/custos de transação e de escolha racional condicionada. A combinação forneceu uma explicação organizacional e transacional parcimoniosa de porque as posições de classe geram diferentes ganhos, oportunidades e riscos econômicos. Ao unir posição no emprego e escolha racional divergiu das explicações mediadas principalmente por disposições dos efeitos de classe de Bourdieu. Goldthorpe rejeitou incorporar à teoria de classe mecanismos de

interdependências assimétricas, similares às conexões de exploração e dominação adotadas por Wright. Afirmou que não vê razão para tratar os interesses de empregadores e empregados como fundamentalmente em harmonia ou em conflito e que, em condições específicas, as relações de emprego podem ser situadas sob a ótica de um jogo de soma zero ou de soma positiva.

A teoria sociológica de Pierre Bourdieu, entendida como teoria do conhecimento prático do mundo social, pretende superar, ou seja, incorporar e ultrapassar, como expressão de um estruturalismo genético, tanto o conhecimento objetivista quanto o subjetivista das classes e da vida social. A teoria visa dar conta da lógica geral dos condicionamentos sociais, que se enraízam mesmo no íntimo do "sujeito", e do que existe de contingente e singular nas manifestações da vida social. A tese central da teoria corresponde à ideia de que as condições sociais de existência dos grupos e classe sociais, por encarnarem certas estruturas objetivas, geram determinadas disposições semelhantes e duráveis nos indivíduos, que são chamadas de *habitus*. Existindo como disposições objetivamente concertadas, o *habitus* corresponde a uma espécie de *modus operandi* social que preside e confere certa regularidade às práticas.

No espaço social, atravessado por diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais, recortam-se as *classes*. A diferenciação que dá origem às classes deve ser igualmente pensada sob a forma de um espaço de relações. Como recortes do espaço social formam-se classes *prováveis* que implicam e explicam a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, ainda que não estejam pré-constituídas como grupos identificáveis. As divisões de classes equivalem, num certo sentido, às diferenciações produzidas pelas diferentes condições sociais de existência. Classe não corresponde a um tipo particular de segmentação social, mas representa essencialmente um nome genérico para demarcar a existência de condições de existência diferenciadas.

O espaço social global, multidimensional e relacional, é constituído pelas diversas espécies de poder ou capital que atuam em diferentes campos sociais relativamente autônomos. A estrutura do mundo social é caracterizada em cada contexto e momento pela estrutura de distribuição dos capitais e dos ganhos característicos dos diferentes campos particulares. O capital, equiparado a uma forma de poder, irreduzível, mas potencialmente intercambiável, é entendido como um *quantum* de força social que determina a posição de um agente específico no campo onde se encontra. A distribuição dos agentes no campo social depende do volume global e da composição do seu capital, ou seja, varia segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. Os poderes sociais fundamentais dentro dos diferentes campos sociais são, em especial, o capital econômico em seus diferentes tipos, o capital cultural e o capital social. O capital simbólico consiste na forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Além de princípios sincrônicos, Bourdieu agrega a dimensão diacrônica, isto é, a evolução do volume/composição do capital ao longo do tempo, como um princípio estruturante.

As classes sociais, enquanto sistemas de relações objetivas, geram *habitus* de classe (parcialmente) comuns a todos os produtos das mesmas estruturas. Esses *habitus* são marcas de posição social. O *habitus* é um sistema socialmente constituído de disposições duráveis, que corresponde a uma maneira de ser habitual e funciona como uma predisposição, uma propensão ou uma inclinação do portador ou ator. Os *habitus* produzidos pelo meio social

existem como estruturas estruturadas que tendem a funcionarem como estruturas estruturantes. O *habitus* é tanto o produto de uma ação organizadora, reguladora, das estruturas, quanto possui uma capacidade geradora e estruturadora de práticas e representações. Os esquemas adquiridos e incorporados no *habitus* são esquemas práticos que funcionam a nível prático e para a prática. Muito da eficácia das disposições do *habitus* se deve ao fato delas funcionarem abaixo do nível de consciência e linguagem, como disposições infraverbais e infraconscientes, que, ao serem incorporadas, se tornam, inclusive, posturas, disposições do corpo.

As principais diferenciações que marcam a fisionomia do mundo social, conceituadas com base na noção de classe, só podem ser plenamente entendidas incorporando a sua dimensão simbólica. Os princípios de classificação dos agentes, entendidos como princípios de percepção e apreciação que informam a visão do mundo social, são produto da incorporação das estruturas objetivos do espaço social. No entanto, não é admissível pensar a existência de estruturas sociais puramente objetivas. O mundo social, sobretudo por meio das propriedades e suas distribuições, ascende na própria objetividade ao estatuto de sistema simbólico. A sociedade é formada por campos relativamente autônomos, mas estruturalmente homólogos. A autonomia do sistema simbólico, por sua vez, não impede que ele permaneça como campo subordinado. O poder simbólico existe como uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder.

As propriedades objetivas funcionam simultaneamente como propriedades simbólicas, que acentuam a eficácia dos mecanismos objetivos com o reforço das representações. A ordem social é inscrita na mente dos agentes. Divisões sociais transformam-se em princípios de *distinção*, disposições adquiridas para estabelecer e assinalar diferenças. Os princípios de distinção representam um considerável poder social, ao exercer o poder de constituir a identidade e a diferença social, formando o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo. As relações de força entre os grupos e as classes estão presentes na consciência sob a forma de categorias de percepção dessas relações, mas o poder simbólico agrega às relações objetivas de força o poder da sua própria força. O poder de constituir o dado pela evidência, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo se transporta à ação sobre o mundo e, em consequência, ao próprio mundo. O espaço da representação do mundo social incorpora a contribuição que os agentes dão para a construção da visão do mundo e, assim, para a própria construção do mundo. O espaço social, os grupos e as classes sociais que nele se constituem e os princípios de visão e divisão emergem e evoluem como produtos de lutas históricas (Bourdieu, 1984, 1989; Figueiredo Santos, 2004).

Bourdieu defendeu uma teoria de classe no cruzamento de múltiplas formas de capital (econômico, cultural e social) em campos sociais diferenciados dentro do mundo social. O autor relativizou a dimensão econômica abrangente de classe social e insistiu no papel constitutivo dos processos simbólicos e culturais. O conceito de *habitus* propôs um mecanismo – a internalização da estrutura social – não teorizado em Wright/Goldthorpe. Entretanto, a teoria carece de um mecanismo específico que explique a interdependência socioeconômica assimétrica (equivalente ou substituto da noção de exploração) e de formas mais amplas de explicar como as condições existentes mudam.

3. Usos e debates contemporâneos

Nos usos contemporâneos do conceito de classe social destacam-se a orientação de programas de pesquisa comparativa internacional nos países ocidentais mais desenvolvidos e a afirmação do seu potencial analítico em um amplo conjunto de relevantes resultados empíricos.

A teorização de classe social orientou programas de pesquisa com amplo escopo comparativo que propiciaram generalizações empíricas e testes de proposições derivadas de expectativas teóricas. O Projeto de Análise Comparativa de Classes, de Erik Olin Wright, lançado em 1977, envolveu a realização de pesquisas sociais em dezesseis países e estendeu-se por cerca de vinte anos. Além de diversos artigos com colaboradores, no livro *“Class Counts”*, Wright (1997) ofereceu uma síntese parcial tratando de confirmações, surpresas e reconstruções teóricas à análise de classes neomarxista proposta. Duas medidas baseadas no esquema de classes sociais de Wright revelaram-se, de modo geral, entre os melhores preditores de diversos indicadores de relações e condições de emprego, conforme estudo *“Using occupation-based social classifications”* de Lambert e Bihagen de 2014.

O esquema de classe neoweberiano Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP) foi usado pela primeira vez em 1979, em um estudo comparativo de três países. Durante a década de 1980, foi aplicado no projeto CASMIN (Análise Comparativa da Mobilidade Social em Nações Industriais), cujo produto mais proeminente foi o livro *“The Constant Flux”*, de Erikson e Goldthorpe (1992), comparando doze países. Em sucessivos aperfeiçoamentos em termos teóricos e empíricos, o esquema de classes foi adquirindo mais congruência entre a estrutura teórica e a operacionalização, tendo sido submetido a processos de validação. Esses avanços fizeram com que o esquema tenha se mostrado o mais aplicado e produtivo nas últimas décadas em pesquisas específicas e comparadas, notadamente em análises de estratificação educacional e mobilidade social, mas também de outros resultados sociais.

A corrente teórica inaugurada por Pierre Bourdieu produziu relevantes resultados diferenciados. A obra *“A Distinção”*, de Bourdieu (1984), demonstrou empiricamente, no caso francês, que os gostos culturais e as práticas de consumo se correlacionam sistematicamente com as posições de classe, estendendo, assim, a análise de classe muito além do mercado de trabalho para o domínio da vida cultural e simbólica. A abordagem de espaço social multidimensional estruturado por capitais foi aplicada no *Great British Class Survey* (n = 161.400), hospedado no site da BBC em 2011, cujos dados foram analisados no livro *“Social Class in the 21st Century”*, de Savage et al, publicado em 2015. O modelo resultante de sete classes agregou à análise o segmento precário com níveis muito baixos de todos os tipos de capital e os níveis diferenciados de capital econômico do topo social. O livro posterior de Mike Savage, *“The Return of Inequality”*, publicado em 2021, expandiu essa análise ao enfatizar o peso histórico do privilégio acumulado. As soluções baseadas em Bourdieu em configurar diferenciações de classe foram objeto de críticas substantivas e teóricas. Magne Flemmen, em *“Putting Bourdieu to work for class analysis”*, de 2013, formulou crítica por negligenciar as relações de poder e dominação fundadas nas instituições econômicas do capitalismo. A recusa em isolar o fator econômico, mesmo analiticamente, foi considerada prejudicial à análise empírica e capaz de comprometer as tentativas de descobrir causas (Crompton, 2008).

O conceito de classe social convertido em esquemas de classe revelou grande potencial analítico ao capturar e interpretar padrões e variações de um amplo conjunto de fenômenos empíricos, em que caberia destacar a mobilidade social, a educação e a saúde. O livro *The Constant Flux* (1992) demonstrou que as taxas relativas de mobilidade entre origem e destino de classe – descontadas as mudanças estruturais – exibem uma notável estabilidade em sociedades avançadas. Análises das tendências na escolaridade mostraram que, apesar de décadas de expansão dos sistemas educacionais, as diferenças de classe nos resultados educacionais persistem com considerável tenacidade. Por fim, a posição de classe, medida de diferentes formas, se apresentou como um preditor forte e consistente de mortalidade, morbidade, autopercepção de saúde e saúde mental.

Classe social como um conceito singular tem sido objeto de crítica (ou relativizado) em seu estatuto de determinante abrangente e independente a partir da ideia interseccional de que as divisões sociais são intrinsecamente coconstituídas. A opção prática de uso analítico de classe em pesquisas quantitativas tem recebido menos contestação como na abordagem intercategórica proposta em 2005 por Leslie McCall, no artigo “*The Complex of Intersectionality*”. As análises de divisões de classe social e de categorias de *status*, como raça e gênero, podem ser fertilizadas com elaborações teóricas e investigações empíricas dos modos marcantes e variáveis como as divisões podem ser autônomas ou singulares em dimensões e efeitos, estar interconectadas em combinações e mediações, assim como constituir interações que produzem relevantes variações condicionais de efeitos.

O sociólogo marxista John Westergaard (1995), no livro “*Who Gets What?*”, identificou a concentração da riqueza no 1% como o topo na hierarquia de classe, antecipando-se à consagração desse diagnóstico, de modo a enfatizar que essa intensa concentração de poder e privilégio em poucas mãos, conforme suas palavras, faz da sociedade que encabeçam uma sociedade de classe, qualquer que seja o padrão de divisões abaixo deles. No livro “*O Capital no Século XXI*”, publicado em 2013, Piketty reforçou com grande repercussão o argumento do papel central do capital econômico e da acumulação de riqueza e enfraqueceu as narrativas benignas da evolução do capitalismo contemporâneo. Os esquemas de classe tratados no verbete mostram certas limitações ou desafios de mensurações ou mesmo teóricos ao tratar a riqueza acumulada e a propriedade concentrada na prática como secundárias na análise de classes.

Os esquemas de classe como originalmente elaborados podem apresentar limitações em captar as novas formas de precariedade no mercado de trabalho, ainda que se admitam problemas no diagnóstico e solução propostos por Guy Standing em 2011, no livro “*O Precariado – A nova classe perigosa*”. Questionamentos têm sido formulados também em termos de aplicabilidade dos esquemas mais consagrados às economias ditas informais e às formações sociais de países do Sul Global, um problema agravado por transposições mecânicas e que seria potencialmente reduzido ou contornado pelo reconhecimento e tratamento das especificidades da estrutura social dos países.

O processo de globalização, o crescimento das cadeias globais, as conexões transnacionais dos sistemas de produção, os mercados financeiros globais e os sistemas de migração internacional estariam criando, segundo ponderações críticas, novas formas de propriedade de ativos, de poder econômico e de redistribuição e reprodução da desvantagem

que não seriam bem capturadas por esquemas de classe baseados na estrutura do emprego no âmbito nacional. Embora sejam preocupações relevantes e que tendem a crescer de importância, ainda se carecem de análises empíricas mais detalhadas de sociologia e economia política comparada entre países tipicamente heterogêneos para aferir as suas implicações e dimensões reais.

Durante grande parte do século XX, estudos demonstraram a existência de uma marcante associação entre posição de classe e comportamento eleitoral nas democracias ocidentais. A posição de classe continua a repercutir na política, pondera Geoffrey Evans, em balanço “*Class Politics*” de 2025, por ser fonte de diferenças em interesses e atitudes distributivas. Entretanto, mudanças sociais e ideativas foram gerando e acumulando tensões entre estrutura de classe objetiva e a identificação subjetiva de classe. Descompassos reais e limitações explicativas das conexões entre estrutura, agência e identidade, além da seletividade informacional e circunscrição acadêmica, tem reduzido o papel da análise de classes em ciências sociais como discurso crítico na competição entre narrativas na sociedade atual.

4. Configuração no Brasil

O conceito de classe foi recebido na sociologia junto com a institucionalização acadêmica da disciplina e influenciou nos anos 1940 o sentido da reflexão sociológica no Brasil. Classes definidas como estratos sociais ou como fenômeno histórico-estrutural em uma sociedade em mudança marcou o emergente debate acadêmico. A chave interpretativa do papel das classes se manteve como referência marcante até o final dos anos 1960. A consolidação repressiva do regime militar e a diferenciação de grupos sociais se associaram a indícios iniciais de esgotamento na academia do paradigma de classe nos anos 1970. Foram elaborados no percurso estudos de agentes no processo de industrialização, formação da classe trabalhadora, fatores que afetam os movimentos de classe, classes médias e classes rurais. As expectativas de mudanças dos anos 1980 assistiram à incorporação de movimentos sociais e ao alargamento de sentido dado aos estudos de classe (Guimarães, 2002). De forma paulatina a mobilização de teoria e análise de classes nas ciências sociais foi sendo redimensionada em conexão com a especialização, autonomização e emergência de temáticas diversas nas instituições universitárias em expansão.

Sob a influência de elaborações teóricas e de estudos empíricos em projeção no cenário internacional, as abordagens conceituais de classe aplicadas a levantamentos de dados amostrais foram se configurando notadamente na passagem para os anos 1990. Nos limites do espaço disponível, vão ser cobertas aqui os esquemas de classe de orientação neoweberiana e neomarxista que emergiram mais cedo e se expressaram num leque maior e mais variado de estudos de âmbito nacional. Com aportes de teorizações ou conceitos de Bourdieu devem ser destacados os estudos quantitativos de Edison Bertoncello sobre delimitações, práticas culturais e de alimentação, e os estudos qualitativos e interpretações de Jessé Souza, que remetem à problemática de classe com fundamentação em parte inspirada em Bourdieu.

As investigações de classe de inspiração neoweberiana no Brasil variaram entre a aplicação estrita do esquema de John Goldthorpe para a análise comparativa internacional (EGP e CASMIN) e o recurso a uma forma transformada ou combinada da classificação ocupacional proposta por Nelson do Valle Silva, que foi usada de forma agregada em estudo de mobilidade social de Celi Scalón, publicado em 1999. Ribeiro (2007) desenvolveu para o Brasil uma combinação do esquema CASMIN e da classificação de Silva. No topo da hierarquia de classes estão posicionados os empregos profissionais e gerenciais. Distinguem-se, depois, os empregos não manuais de natureza qualificada, subdivididos em níveis alto e baixo, e a categoria diferenciada de técnicos e supervisores do trabalho manual. Na classificação brasileira, todos os empregadores não agrícolas, independente da dimensão do capital, estão em uma única categoria específica. Os proprietários empregadores rurais, por sua vez, formam uma categoria separada. Já os proprietários por conta própria rurais são agrupados aos empregados rurais. Os trabalhadores manuais são diferenciados de acordo com a qualificação. Os trabalhadores manuais tanto qualificados quanto não qualificados são diferenciados conforme indústrias modernas, tradicionais e de serviços. Os trabalhadores não qualificados do setor de serviços, por sua vez, são desagregados conforme o tipo de trabalho em serviços, ou seja, serviços gerais, domésticos e ambulantes. As divisões introduzidas entre os trabalhadores almejam seguir uma ordem hierárquica em termos de chances de vida.

A teoria de Erik Olin Wright fornece a orientação geral para o delineamento das demarcações de classe no esquema neomarxista para o Brasil. A formulação original em livro de 2002 foi reconfigurada em artigo de 2005 publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais (Figueiredo Santos, 2023). As posições de classe, nesse entendimento, emergem dos nexos entre controle de ativos, exploração e dominação (Wright, 1997, 2015). As soluções propostas para o Brasil, no entanto, buscam desenhar categorias de classe que possuem tanto sentido teórico, quanto pertinência empírica para a análise concreta da realidade nacional. A aplicação do critério conceitual se faz de forma unívoca e por regra de dominância. Os delineamentos que visam expressar as especificidades da estrutura social do país envolvem notadamente a representação da ampla base social da sociedade brasileira. As delimitações na estrutura social do país dos agrupamentos de autônomos detentores de ativos, trabalhadores típicos e posições de classe destituídas representam as elaborações mais reveladoras ou marcantes desse esquema de classe.

A noção de propriedade de ativos de capital, com as suas diferenciações em termos de escala e modalidade de divisão de trabalho, delimita as posições de capitalista, pequeno empregador e autônomo com ativos. A situação diferenciada da pequena produção agrícola foi preservada na categoria de autônomo agrícola. As localizações privilegiadas de classe média, que se constituem no interior de trabalho assalariado ou no âmbito da atividade autônoma, diferenciando-se pelo exercício de autoridade ou controle de conhecimento perito, encontram a sua materialização nos especialistas autônomos, gerentes e empregados especialistas. O empregado qualificado e o supervisor possuem níveis parciais de qualificação escassa ou autoridade. Demarca-se o grande agregado de trabalhadores típicos cujas relações de trabalho preservam mais claramente as interdependências assimétricas que são características dos processos de exploração e dominação. Foi especificado e qualificado o grande agregado de posições de classe destituídas localizado tanto no interior como fora do

âmbito do trabalho assalariado em função de processos de exclusão, insuficiência e depreciação de ativos de valor. O agrupamento abarca o trabalhador elementar, autônomo precário, agrícola precário, empregado doméstico e trabalhador excedente (desempregado).

5. Avaliação e desafios

A avaliação do estado do conceito de classe social deve qualificar as realizações, os desafios e as tarefas futuras no âmbito do campo de conhecimento. O conceito de classe social como matriz formativa de *insights*, termos, variações e aplicações contribuiu e têm contribuído para relativizar e contestar as narrativas supostamente benignas das sociedades contemporâneas notadamente sobre meritocracia, individualização, convergência do capitalismo democrático, oportunidades pós-industriais e obsolescência da desigualdade estrutural. A contestação da narrativa mais difundida da meritocracia foi uma das contribuições críticas mais significativas da análise de classes no âmbito da pesquisa de estratificação educacional e de generalização mais ampla da mobilidade social.

Os estudos de desigualdade estão sendo afetados por mudanças mais rápidas e complicadas na estrutura da desigualdade, aumentos da sofisticação técnica e maior competição entre campos de conhecimento. Classe social como categoria analítica tem enfrentado desafios oriundos de várias direções. O estudo da desigualdade, ao conjugar sofisticação técnica e convergência de critérios de validade, tendeu a se concentrar nos resultados em prejuízo dos mecanismos estruturais geradores. Análise dos principais jornais de sociologia mostrou que, em períodos comparados de 1995 a 2019, as medidas de renda dominaram e cresceram na pesquisa de estratificação, exceto na área de estratificação educacional e de mobilidade social, conforme artigo “*The rise of income and the demise of class and social status?*” de Carlo Barone, Florian Hertel e Oscar Smallenbroek, publicado em 2022.

O conhecimento descritivo com medidas convencionais sobre as dimensões e tendências da desigualdade de inegável importância, no entanto, tem deixado de lado questões sobre as estruturas e os mecanismos relacionais da análise de classe crítica da sociedade contemporânea, como se fosse um corolário ou um subproduto da regra ou restrição metodológica. Os desafios colocados e os caminhos a construir, além da elaboração e crítica metodológica, envolvem lacunas e respostas teóricas relativas à adequação, elaboração e aplicação congruente de análise empírica assentada em teoria da estrutura social.

A metáfora da sociedade como um jogo em um modelo de três níveis, envolvendo a natureza do próprio jogo (relações de propriedade, economia de mercado, hierarquias de poder), a variação institucional de suas regras (trajetórias e arranjos diferenciados de organização social) e os movimentos dos atores nos limites ou em desafio às regras e mesmo contra o jogo (reprodução, agência, contestação, transformação), constitui uma arquitetura analítica para situar, avaliar e elaborar a teorização, a pesquisa e as análises de classes e desigualdades sociais. O desafio analítico mais importante no estudo contemporâneo da desigualdade e das classes é a integração dos três níveis em teorizações consistentes, constatações robustas e interpretações sintonizadas às relações entre os níveis de modo que

estes não sejam interpretados em isolamento. Um enquadramento ontológico e teórico potencialmente fértil pode ser a abordagem morfogenética da sociedade de Margaret Archer, associada aqui à questão de classe social, entendida como hierarquia estratificada de níveis que são analiticamente distintos, parcialmente autônomos em seus âmbitos e mutuamente condicionantes por meio de um ciclo contínuo de condicionamento estrutural, contexto institucional, mediação reflexiva, interação social e reprodução ou elaboração social.

As interconexões entre restrições estruturais, mediações institucionais e organizacionais, percepções, avaliações e ações, centrais para a compreensão da dinâmica da desigualdade, apontam para uma estrutura teórica em uma hierarquia de níveis que deve ser simultaneamente: sistêmico-estrutural, composta por determinantes de ampla escala e mais centrais que conformam ou condicionam as posições relacionais e os mecanismos da desigualdade; meso contextual, envolvendo estruturas organizacionais, arranjos institucionais, dinâmicas de rede e processos políticos; perceptual e avaliativa, explicando como essas posições são apreendidas, avaliadas e adquirem significado pelos atores nelas situados; dinâmica, revelando como a articulação e interação entre estrutura, contexto mediador, percepção, avaliação e ação geram não apenas a reprodução, mas também faz emergir, instala e consolida a transformação das relações de desigualdade. A análise de classes precisa se completar movendo-se na hierarquia de níveis e suas interconexões sob a orientação de teoria, método e crítica.

6. Referências bibliográficas

Aprofundamento e cobertura ampla da temática

- Atkinson, Will. (2024). *Class: Key Concepts*. (2ª ed.). Polity Press.
- Crompton, Rosemary. (2008). *Class & Stratification*. (3ª ed.). Polity Press.
- Wright, Erik Olin. (2015). *Análise de classe: abordagens*. Editora Vozes.

Classe social na tradição clássica

- Marx, Karl, & Engels, Friederich. (1982). Marx & Engels. Obras Escolhidas em Três Tomos. Tomo I. Edições Progresso – Editorial Avante. <https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/index.htm>.
- Weber, Max. (1992). *Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Fundo de Cultura Económica.
- Wright, Erik Olin. (2002). The Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis. *American Sociological Review*, 67(6), 832-853.

Correntes contemporâneas e obras exemplares

- Bourdieu, Pierre. (1984). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Harvard University Press.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil.
- Erikson, Robert, & Goldthorpe, John H. (1992). *The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Clarendon.
- Figueiredo Santos, José Alcides. (2004). *Questão de Classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Clio Edições Eletrônicas/UFJF.
- Goldthorpe, John H. (2007). *On Sociology. 2 vols*. (2ª ed.) Stanford University Press.
- Westergaard, John. (1995). *Who gets what? The hardening of class inequality in the late twentieth century*. Polity.
- Wright, Erik Olin. (1997). *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge University Press.

Configuração de classe social no Brasil

Figueiredo Santos, José Alcides. (2023). Fundamentos e Aplicações de uma Tipologia de Classes para o Brasil. In João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Luís Carlos Garcia de Magalhães & Ana Paula Vasconcelos Gonçalves (Eds.), *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas* (pp. 124–157). IPEA.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. (2002). *Classes, Raças e Democracia*. Editora 34.

Ribeiro, Carlos Antônio Costa. (2007). *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Edusc.

VER TAMBÉM:

[Estratificação Social](#) | [Desigualdade Social](#) | [Mobilidade Social](#) | [Estratificação Educacional](#) | [Classes Médias](#) | [Estrutura e Ação](#) | [Realismo Crítico](#) | [Interseções entre Divisões Sociais](#)

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Figueiredo Santos, José Alcides. (2026). Classe social. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.009.